

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE SOBRE O PERÍODO CRESCENTE DA DESIGUALDADE  
(1960 – 1990)**

LILIAN JÉSSICA SILVA FERNANDES

Goiânia, dezembro 2022

LILIAN JESSIKA SILVA FERNANDES

**EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE SOBRE O PERÍODO CRESCENTE DA DESIGUALDADE  
(1960 – 1990)**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos

Goiânia, dezembro 2022

LILIAN JESSIKA SILVA FERNANDES

**EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE SOBRE O PERÍODO CRESCENTE DA DESIGUALDADE  
(1960 – 1990)**

Monografia apresentada à Banca Examinadora como pré-requisito para conclusão do Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos  
PRESIDENTE

---

Prof. Dr. Sérgio Duarte de Castro  
MEMBRO

---

Prof. Ms. Goiaz do Araguaia Leite Vieira  
MEMBRO

Data da aprovação: 12/12/2022

Goiânia – GO

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de mais nada, agradeço a Deus por mais esta conquista em minha vida e por ter me capacitado para realizá-la. Por ser minha força nos momentos de dificuldade e minha esperança.

Aos meus familiares, especialmente aos meus avós, minha mãe e prima pelo apoio, compreensão e constante incentivo.

Ao professor Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos, por todo ensino, respeito e paciência. Sua orientação foi brilhante e eu não poderia ter escolhido outra pessoa para me acompanhar nesse projeto.

Ao Prof. Gesmar José Vieira, por todo o empenho, dedicação e apoio durante toda a minha jornada. Expresso aqui minha profunda e sincera gratidão.

Ao Departamento de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que possibilitou esta realização.

À banca examinadora, vocês contribuíram para que este trabalho se tornasse melhor.

Aos demais professores do Curso de Ciências Econômicas que colaboraram para meu sucesso não apenas profissional e intelectual, mas também pessoal.

E a todos que de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do  
aperfeiçoamento da humanidade”

Immanuel Kant.

## RESUMO

Existem diversas razões pelas quais a desigualdade de renda necessita ser investigada e monitorada. Em primeiro lugar, a desigualdade de renda tem um impacto direto sobre o bem-estar social na medida em que as sociedades têm preferência por equidade. Além disso, a desigualdade de renda está diretamente relacionada ao nível de diversas variáveis sócio-econômicas importantes como, por exemplo, a taxa de poupança da economia, a taxa de mortalidade infantil e a extensão da pobreza. A dependência destas variáveis ao grau de desigualdade de renda existe na medida em que, ao nível microeconômico, as relações que as ligam a renda familiar per capita são não-lineares e, portanto, o nível médio dessas variáveis depende não só do nível médio da renda mas, também, de como ela se encontra distribuída. Este estudo buscou entender a relação entre a educação e a desigualdade de renda no Brasil, bem como, de que forma a educação pode afetar a desigualdade de renda no Brasil, excepcionalmente no período de 1960 a 1990.

**Palavras-chaves:** Educação; Desigualdade; Renda.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Desigualdade de Renda no Brasil – 1960 a 1990.....	15
<b>Tabela 2</b> – Inflação Brasileira – 1980 a 1985 .....	20
<b>Tabela 1</b> – Variação do PIB do Brasil – 1960 a 1968 .....	17
<b>Tabela 2</b> – Comparação da Distribuição de Renda no Brasil – 1960 e 1970...	18
<b>Tabela 3</b> – Distribuição da Renda no Brasil – 1960, 1970 e 1980 .....	18
<b>Tabela 4</b> – Variação Real Anual do PIB a Preços de Mercado .....	19
<b>Tabela 5</b> – Inflação Brasileira – 1980 a 1985 .....	24
<b>Tabela 6</b> – Evolução da Porcentagem da Renda dos 50% mais Pobres e 10% mais Ricos das Famílias Residentes Particulares .....	26
<b>Tabela 7</b> – Desigualdade de Renda no Brasil – 1960 a 1990.....	20

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Proporção da Renda Apropriada pelos Décimos mais pobres.....	15
<b>Gráfico 2</b> – Índice de Gini – Brasil – 1960 a 1990.....	16
<b>Gráfico 3</b> – Índice de Gini - 1979 a 1997 .....	26
<b>Gráfico 4</b> – Sensibilidade do Salário ao Nível Educacional - Brasil: 1976-89..	23
<b>Gráfico 5</b> – Sensibilidade do Salário ao Nível Educacional – Vários Países...	24
<b>Gráfico 6</b> – Evolução da Desigualdade Educacional.....	25



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 – PERCEPÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA....</b>	<b>12</b>
1.1 - Período de Crescimento da Desigualdade de Renda .....	13
1.2 - Coeficiente de Desigualdade de Renda .....	15
<b>CAPÍTULO 2 - CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL.....</b>	<b>17</b>
2.1 - Década de 60 .....	17
2.2 - Década de 70 .....	17
2.3 - Décadas de 80 e 90 .....	19
<b>CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO E O GRAU DE DESIGUALDADE SALARIAL... </b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>

## INTRODUÇÃO

A desigualdade econômica é compreendida como a disparidade de renda e riqueza distribuídas entre as classes sociais.

A desigualdade de renda resulta diretamente no grau de bem-estar social ao passo que as sociedades têm predileção por equidade. Ademais, a desigualdade de renda está essencialmente relacionada ao nível de variáveis socioeconômicas importantes como, por exemplo, a taxa de poupança da economia, a taxa de mortalidade infantil e a extensão da pobreza. A relação de dependência destas variáveis ao grau de desigualdade de renda existe ao passo que, ao nível microeconômico, as relações que as ligam a renda familiar per capita são não-lineares e, por conseguinte, o nível médio dessas variáveis depende não só do nível médio da renda, mas, também, de como ela se encontra distribuída.

O objetivo final da maximização de utilidade proposto pela vertente da Economia do bem-estar é afetado pela educação. Tanto no desenvolvimento econômico de longo-prazo de uma economia, através da análise de acumulação de capital humano, quanto ao nível de renda e conseqüentemente a diferenças desta entre os trabalhadores no ambiente econômico analisado, seja através do grau de desigualdade no acúmulo de escolaridade por parte dos assalariados ou de como o mercado valoriza e percebe essas diferenças na formação acadêmica de cada indivíduo.

A desigualdade é, na maior parte, fruto da péssima distribuição educacional, tanto em termos pessoais como entre grupos de indivíduos com características similares. Embora tenha tido avanços, o Brasil ainda possui um dos maiores índices de desigualdade de renda. Ao longo do tempo, houve períodos de queda e de crescimento, mas normalmente, esta condição sempre se manteve em um patamar elevado.

O investimento na educação possibilitaria maiores rendimentos e maior habilidade para encarar os desequilíbrios econômicos e sociais que sobrevêm à sociedade.

A melhora no nível de escolaridade seria capaz de elevar o nível educacional e, simultaneamente, reduzir as acentuadas disparidades existentes.

Ademais, a presente monografia possui o objetivo geral de analisar o período de crescente desigualdade de renda no Brasil, de 1960 a 1990.

Por outro lado, os objetivos específicos são: realizar um referencial teórico e explicativo sobre o tema; além de realizar um estudo sobre qual a relação entre desigualdade e educação.

O problema dessa monografia trata-se da seguinte questão: A educação pode afetar a desigualdade de renda no Brasil?

A hipótese apresentada parte do pressuposto de que a educação possui impacto direto e efetivo sobre a desigualdade de renda no Brasil.

Quanto a metodologia será feita uma revisão bibliográfica, com uma pesquisa documental e científica, de caráter qualitativa e quantitativa, utilizando para isso, consulta a livros, artigos, teses, dissertações, revistas, sites especializados etc. Também serão utilizados os métodos dedutivo e histórico.

A presente monografia contém 3 Capítulos. O primeiro Capítulo discorre sobre as percepções da desigualdade de renda. O segundo Capítulo faz uma abordagem do contexto político e econômico no período de 1960 a 1990. O terceiro e último capítulo aborda a importância da educação, bem como a sua influência na desigualdade salarial no Brasil.

## CAPÍTULO 1 – PERCEPÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA

O entendimento da relação entre desigualdade de renda e educação está presente amiudadamente na literatura. A literatura usualmente defende uma relação benéfica entre o nível educacional e a queda na desigualdade, sobretudo, por meio da função que a escolaridade exerce no rendimento do trabalho do indivíduo. A educação é defendida como condicionante para conter a desigualdade à medida em que seria responsável por gerar maiores oportunidades para os indivíduos.

Diversos teóricos investigam o tema capital humano.

A priori, Mincer (1958) apresentou a presença de uma correlação entre investimento na formação profissional e distribuição de renda pessoal. Nessa percepção, a decisão individual e racional do trabalhador na alocação do tempo em capacitação, treinamento e aquisição de novos conhecimentos definiria o seu nível de capital humano e os seus rendimentos pessoais. Por conseguinte, quanto mais o indivíduo investe em educação maiores retornos adquire e mais produtivo torna-se, impactando, assim, positivamente no progresso da economia.

Schultz em 1960, introduziu e quantificou a teoria em que considerava a escolha pela educação como um investimento, disseminando a ideia de que a educação é o fator considerado essencial para o desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, e que, ao educar-se, estaria valorizando a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. Diferentes níveis de Capital Humano também seriam os responsáveis pelos diferentes níveis salariais. Segundo Schultz (1961, p. 1):

Embora seja óbvio que as pessoas adquirem habilidades e conhecimentos úteis, não é óbvio que essas habilidades e conhecimentos são uma forma de capital, que esse capital é em parte substancial um produto de investimento deliberado, que cresceu nas sociedades ocidentais em um ritmo muito taxa mais rápida do que o capital convencional (não-humano), e que seu crescimento pode muito bem ser a característica mais distintiva do sistema econômico.

Ainda Schultz (1968, p. 40):

A formação de capital pela educação é obviamente relevante no planejamento da economia desenvolvimento onde o objetivo é alcançar uma alocação eficiente de recursos de investimento de acordo com as prioridades definidas pelas taxas de retorno relativas sobre oportunidades alternativas de investimento.

O trabalho humano, quando qualificado pela educação é uma das razões imprescindíveis na ampliação da produtividade econômica e das taxas de lucro.

A partir da celebração da teoria do capital humano, a educação passa a assumir um lugar importante no cenário econômico. Investir no capital humano tornou-se essencial para o desenvolvimento da sociedade e ascensão do indivíduo e conseqüentemente de seus rendimentos. Como nos diz Frigotto (1993):

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 1993, p. 41).

Os investimentos em Capital Humano são aqueles que aperfeiçoam a capacidade humana. Os recursos humanos têm medidas quantitativas e qualitativas. O número de pessoas e a proporção em que entram no mercado de trabalho, o número de horas trabalhadas são características essencialmente quantitativas. Já habilidades, conhecimento e outros atributos similares que afetam a capacidade humana para o trabalho produtivo são características qualitativas.

Mais tarde, Becker (1993), também teorizou e intensificou as decisões microeconômicas acerca da educação, e suas conseqüências para o trabalhador. Becker (1993, p. 19):

“A análise do capital humano assume que a escolaridade aumenta os ganhos e a produtividade principalmente ao fornecer conhecimento, habilidades e uma forma de análise problemas”.

Conforme Becker aponta, educação é o modo de deliberadamente difundir o conhecimento acumulado pela sociedade para novas gerações. Esse processo tem como objetivo específico infundir naqueles que passam por ele de habilidades socialmente consideradas relevantes.

Langoni fundamenta-se nos estudos de Gary Becker nos anos 60:

A partir da última década, com a formalização por Becker da teoria do capital humano, que sugere uma relação causal inequívoca de educação, para renda via seu impacto sobre a produtividade, começou-se a acumular evidência empírica em diversos países, em diferentes estágios de desenvolvimento, acerca do substancial contribuição da

educação para os diferenciais observados de renda (Langoni, 2005: 117).

Langoni foi um dos precedentes em verificar a contribuição da educação nas diferenças individuais de renda. Em seu estudo ele analisou que a variável educação explica 1/3 do valor da renda de um indivíduo e pessoas com nível superior completo tem um aumento de mais de 50% na sua renda, enquanto analfabetos permanecem com sua renda inalterada. (Langoni, 1973)

Langoni (1973) desenvolveu uma série de métodos econométricos para compreender os determinantes da concentração de renda nos anos 60. Nesse trabalho, assim como Fishlow, o autor chega à conclusão de que a educação teve um significativo impacto sobre o aumento da desigualdade.

Os modelos de crescimento como os de Romer (1990) e Lucas (1988) são modelos baseados na teoria neoclássica, mas são mais abrangentes que seus antecessores pois englobam na elucidação do crescimento econômico a variável Capital Humano, consideram o Capital Humano como um fator determinante do crescimento econômico, em conjunto com o capital físico, a população empregada e o progresso tecnológico.

Menezes Filho (2001; p. 23) salienta que um dos primeiros trabalhos que realiza provocação sobre a desigualdade de renda, no período 1960-1970, foi Fishlow (1972). Esse trabalho mostra que o resultado de uma política educacional que privilegiava a educação secundária e superior foi um aumento da variância do nível educacional superior a 48%.

Reis e Barros (1991) estimaram que a distribuição da educação explica cerca de 50% da concentração de renda ocorrida em 1976 e 1986.

Leal e Werlang (1991), após estimarem uma equação de Mincer, também atribuíram à educação importante papel na explicação da desigualdade de renda também no período de 1976 e 1986.

Menezes Filho (2001) apresentou que, no final da década de 90, aproximadamente 40% dos rendimentos do trabalho e 26% dos rendimentos totais estavam associados à educação.

Já Barros e Mendonça (1995) analisa os tipos de desigualdades, com ênfase em como a educação pode afetá-las através do papel do indivíduo no mercado de trabalho. Em seu estudo clássico sobre desigualdade de renda no Brasil mostra como a desigualdade de renda é gerada e revelada pelo mercado de trabalho a partir da heterogeneidade da força de trabalho com respeito ao nível educacional, idade, sexo, setor de atividade e região de residência. Ele chega à conclusão fundamental de que um dos principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil são as disparidades educacionais entre os membros da força de trabalho.

Ainda, Barros e Mendonça (1995) defende que a contribuição da educação para a desigualdade depende como o mercado de trabalho valoriza cada ano adicional de escolaridade. Desse modo, quanto maior for esse valor, maior será a desigualdade salarial associada a cada nível de desigualdade educacional. Barros e Mendonça defende que o grande desafio do país é inserir e manter os alunos de famílias pobres na escola.

Em outra pesquisa, Menezes Filho (2007) também concluiu que o trabalhador mediano com Ensino Superior completo recebe 3 vezes mais que o trabalhador mediano com Ensino Médio completo e 6 vezes mais que o trabalhador mediano com Ensino Fundamental completo. Isso acaba por agravar a desigualdade de renda já existente no país.

Para Menezes Filho (2014) o obstáculo da desigualdade educacional brasileira se explica principalmente pela baixa taxa de alunos que concluem o Ensino Médio e migram para o Ensino Superior.

## **1.1 - Período de Crescimento da Desigualdade de Renda**

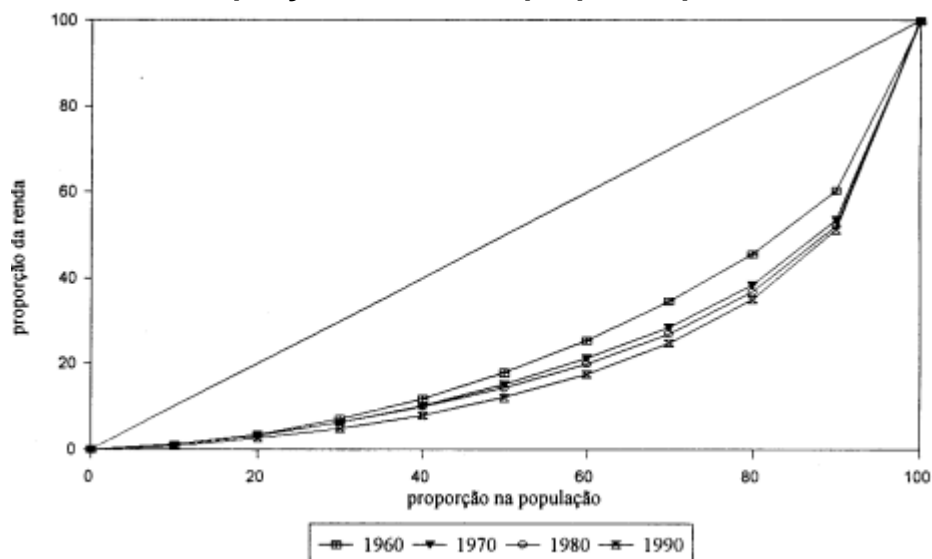
O Brasil possui um elevado grau de desigualdade de renda comparado com outros países no mundo.

A desigualdade de renda tem sido investigada no Brasil intensivamente, em particular após o golpe militar de 1964 e a publicação dos censos demográficos de 1960 e 1970, com a conseqüente averiguação de um colossal crescimento no grau de desigualdade de renda ao longo dos anos sessenta.

A desigualdade de renda no Brasil além de elevada, é crescente.

O Gráfico 1 apresenta as curvas de Lorenz para 1960, 1970, 1980 e 1990. Este gráfico mostra que a desigualdade de renda suportou um processo de crescimento. Este processo, apesar de contínuo, não teve a mesma intensidade em todas as décadas, sendo o aumento da desigualdade bastante intenso nas décadas de 60 e 80, mas consideravelmente menor na década de 70.

**Gráfico 1 - Proporção da Renda Apropriada pelos Décimos mais pobres**



**Fonte:** Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990.

Ademais, a origem do aumento na desigualdade nas décadas de 60 e 80 foi distinta. Nos anos 60, os grupos que mais sofreram foram aqueles situados na parte central da distribuição de renda enquanto, nos anos 80, o grupo que mais sofreu foi aquele localizado na cauda inferior da distribuição.

Por conseguinte, se no decorrer destas duas décadas a renda média tivesse permanecido constante, o aumento da desigualdade nos anos 80 teria levado a um maior aumento da pobreza do que o aumento da desigualdade nos anos 60.

O PIB (Produto Interno Bruto) per capita no Brasil em 1990 foi cerca de duas vezes e meia o PIB de 1960, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual de 3%. Poucas economias experimentaram, durante este período, taxas de crescimento anuais de tal magnitude. Dos 100 países para os quais o Banco Mundial tem informações sobre o crescimento do produto nacional bruto per capita de 1965 a 1989 (neste período, o Brasil cresceu a uma taxa de 3.5% ao ano) menos de 1/4 cresceu a uma taxa igualou superior a 3% ao ano. Em particular, entre os países latino-americanos, apenas México, Equador e Paraguai cresceram a taxas iguais ou superiores a 3% ao ano. (World Bank, 1991:204-5).

O período em que a indústria brasileira esteve fortemente presente no desenvolvimento econômico do país, de 1960 a 1970, gerou as mais elevadas taxas de crescimento econômico, em decorrência da política de aperto salarial adotada, a maior parcela da renda nacional foi alocada no topo da pirâmide social brasileira.



Durante a década de 1960 as taxas de crescimento econômico do país apresentaram elevados níveis. A Tabela 1 a seguir mostra o comportamento do PIB brasileiro durante este período:

**Tabela 1 – Variação do Produto Interno Bruto do Brasil – 1960 a 1968 – porcentagens em relação ao ano anterior**

Ano	Variação
1960	9,7
1961	10,3
1962	5,3
1963	1,5
1964	2,9
1965	2,7
1966	5,1
1967	4,8
1968	8,4

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (apud SERRA, 1972, p.12)

Entretanto, o acentuado crescimento econômico ocorrido durante os anos 1960 não se refletiu em uma distribuição igualitária da renda.

Conforme a Tabela 2 a seguir, entre os anos 1960 e 1970 os percentis da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil mostraram uma redução na participação relativa à absorção da renda, exceção feita aos 10% mais ricos.

Por conta disso, o índice de Gini se elevou de 0,4999 para 0,5684 (Langoni, 1972, p.357-358 apud Cacciamali, 1988, p.347-363).

**Tabela 2 – Comparação da Distribuição de Renda no Brasil – 1960 e 1970**

Decil	% da Renda		
	1960 (1)	1970 (2)	(1)/(2) (em %)
10	1,17	1,11	-5,13
10	2,32	2,05	-11,64
10	3,42	2,97	-13,16
10	4,65	3,88	-16,55
10	6,15	4,90	-20,32
10	7,66	5,91	-22,75
10	9,41	7,37	-21,68
10	10,85	9,57	-11,80
10	14,69	14,45	-1,64
10	39,66	47,79	+20,50
Total	100	100	-

Fonte: LANGONI (1972 apud CACCIAMALI, 1988, p.358).

De acordo com Resende (2014, p.211), a explicação para o comportamento desigual da distribuição da renda no Brasil entre os anos 1960-1970 pode ser encontrada na política de compressão salarial praticada no período.

A Tabela 3 a seguir permite observar como a renda brasileira foi distribuída entre os percentis de renda nos anos 1960, 1970 e 1980. Nestes anos, enquanto à fatia dos mais ricos coube uma parcela cada vez maior da renda nacional, aos socialmente menos favorecidos ocorreu o oposto.

**Tabela 3 – Distribuição da Renda no Brasil – População Economicamente Ativa – 1960, 1970 e 1980**

Percentis	1960	1970	1980
20-	3,9	3,4	2,8
50-	17,4	14,9	12,6
10+	39,6	49,7	50,9
5+	28,3	34,1	37,9
1+	11,9	14,7	16,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (apud Serra, 1982, p.12).

Durante quase toda a década de 1970 o crescimento econômico brasileiro mostrou-se em elevado patamar. Conforme mostra a tabela 4, à exceção dos anos 1977 e 1978, que foram de baixo crescimento do PIB brasileiro para os padrões da época. (SERRA, 1982, p.12).

Apesar do elevado crescimento registrado nos anos 1974 e 1975, aproximadamente um terço das famílias brasileiras se encontravam em situação

de pobreza absoluta, o que equivalia a duas vezes o menor salário-mínimo mensal do país vigente na época (SERRA, 1982, p.12).

**Tabela 4 – Variação real anual do PIB a preços de mercado**

<b>Ano</b>	<b>Crescimento Econômico</b>
1970	10,40%
1971	11,34%
1972	11,94%
1973	13,97%
1974	8,15%
1975	5,17%
1976	10,26%
1977	4,93%
1978	4,97%
1979	6,76%
1980	9,20%

Fonte: Elaboração própria com dados de Serra, 1982, p.12

Durante a década 1980, simultaneamente aos elevados níveis de inflação vigentes no Brasil, às políticas econômicas empregadas (principalmente à do período 1980 – 1984), às consequências do atendimento às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) em função das diversas cartas de intenções enviadas pelo governo brasileiro ao Fundo, à mudança de regime (saindo da ditadura e ingressando na Nova República) e à crise da dívida externa, o problema da alocação da renda nacional entre as faixas sociais se acentua.

Além da instabilidade política no período de 1980, a inflação brasileira atingiu elevadas gigantescas. O setor industrial, fonte geradora de empregos em número elevado, e contribuinte dos crescimentos e desenvolvimento econômicos nacionais, passou a perder gradativamente participação no PIB brasileiro a partir de 1985. Todos estes fatores, somados à alta dívida externa, bem como à crise estrangeira, contribuíram para a desigual distribuição da renda no país neste período.

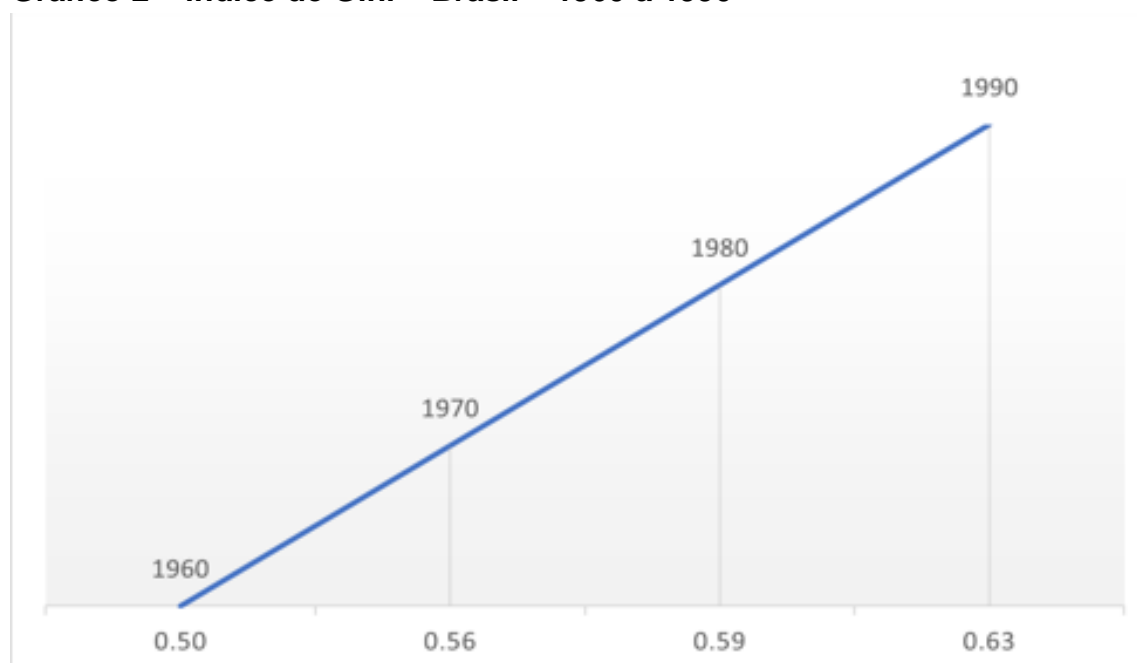
Fraga Neto (2019, p.614) valida a explicação acima do comportamento desigual da alocação da renda brasileira ao constatar que em 1970 a inflação sofreu aceleração no Brasil e a dívida externa aumentou. Mais ainda, conforme o autor, a economia brasileira, que já se encontrava fragilizada, não resistiu à instabilidade externa vinda dos choques de juros e do petróleo, e, assim, ingressou na chamada década perdida (1981 – 1993), quando a renda per capita sofreu redução de cerca de 10%.

Nos anos 1990, quando o regime democrático se consolida no solo brasileiro e a inflação é derrotada, o produto econômico passa a ser mais bem distribuído entre as classes de renda, porém com a sua maior fatia ainda sendo destinada à camada da população do país com rendimentos mais elevados. Neste período, por conta das políticas de taxas de juros e de câmbio praticadas, os investimentos no capital portador de juros ganham importância no Brasil, sendo

este um dos motivos pelos quais o comportamento da distribuição da renda brasileira se mostrou no topo da pirâmide social do país.

Ademais, o Gráfico 2 abaixo, retrata o percurso desse índice no Brasil nas últimas décadas. Nota-se que o país percorria uma tendência de crescimento da desigualdade até meados dos anos 90.

**Gráfico 2 – Índice de Gini – Brasil – 1960 a 1990**



Fonte: Elaboração Própria/Dados do IBGE.

## **CAPÍTULO 2 - CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL**

### **2.1 - Década de 60**

Os anos 1960 são marcados por grandes manifestações políticas em quase todo o mundo. A Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética escreve um de seus capítulos mais dramáticos, quando as duas superpotências, que polarizam a Ordem Mundial, quase começaram um conflito nuclear. O crescimento econômico do pós-guerra chega ao auge nos países mais ricos.

Nos primeiros anos da década de 1960, a crescente instabilidade política e a aceleração da inflação intensificaram as tensões.

No Brasil, o tomar posse em 1961, Jânio Quadros se deparou com o legado macroeconômica do período Kubitschek (1956-1960), que apesar de terem sido extremamente proveitosos para a indústria nacional, com diversificação e aumento da produtividade industrial, não foram transformadores para o comércio exterior brasileiro. Café, açúcar, algodão e minérios ainda eram responsáveis por 70% da pauta exportadora brasileira.

Sem mecanismos institucionais para a criação de poupança, o esforço de industrialização acelerada provocou profundos desequilíbrios internos e externos no Governo de Jânio Quadros, que adotou uma política econômica ortodoxa, com medidas visando diminuir o déficit público, cortar subsídios, reduzir gastos governamentais e modificar a política cambial.

O esforço de defrontar o desequilíbrio externo, sem um programa de estabilização coerente, associado a uma sustentação política frágil, levou à renúncia de Quadros e ao colapso de seu governo em agosto de 1961. Entre janeiro de 1961 e março de 1964, o país teve três Presidentes da República e seis ministros da fazenda. A economia se estagnou e chegou à beira da hiperinflação.

A incapacidade de concluir um programa de estabilização bem-sucedido explica-se, tanto pela turbulência política, quanto pela falta de consenso dos formuladores de políticas públicas em relação à estabilidade monetária como condição para o crescimento sustentado (André Lara Resende, 2001).

Em 1964, foi anunciado um ambicioso plano de estabilização. O Programa de Ação Econômica do Governo, (PAEG), listava entre seus objetivos conter o processo inflacionário, reequilibrar as contas externas e retomar o crescimento da renda e do emprego. Para isso pretendia reduzir o déficit do governo e fortalecer a capacidade de poupança, através de uma política tributária que levasse ao aumento da arrecadação e de uma política monetária que a fortalecesse o sistema creditício.

O objetivo dos militares ao assumirem o poder do Brasil, em 1964, era retornar o crescimento econômico e reduzir a inflação. Com o auxílio do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o país teve sua inflação estabilizada e foram criadas as condições adequadas para o Milagre Econômico a partir de 1968.

## **2.2 - Década de 70**

“Neste período há dados sobre a repartição da renda da população economicamente ativa (excluído os ativos sem renda) para os anos 1970, 72, 76 e 80, e sobre a repartição da renda das famílias para os anos 70, 76 e 80” (Singer, 1986).

Em 1970, o Brasil estava no terceiro ano do que viria a ser o mais forte ciclo de expansão de sua economia no século XX. Chama-se de Milagre Econômico os anos de 1968 a 1973 que apresentaram elevadas taxas de crescimento econômico e uma inflação controlada em torno de 20% ao ano (Resende, 2014).

Nessa década, houve um aumento da desigualdade. Os 10% mais ricos obtinham 46,7% da renda total, ao passo que os 60% mais pobres possuíam 20,9%. A renda média de toda a população cresceu em termos reais de 32,4%, embora demonstrando uma disparidade entre a renda dos mais pobres e a dos mais ricos de 13,4 vezes. (Singer, 1986).

A “política de arrocho salarial e desvalorização do salário-mínimo” (Singer, 1986), praticada pelo regime militar, é uma das possíveis explicações para o aumento da desigualdade. Ao contrário das camadas mais abastadas, o consumo das classes mais baixas foi mantido mínimo. É necessário, no entanto, ressaltar que esta pode não ser a principal, e menos ainda única, causa da concentração.

Concisamente, na década de 70, a pobreza absoluta aumentou, porém, a renda média cresceu quase um terço.

Em seis anos (1968-1973) o país cresceu a uma taxa média anual de mais de 10% em termos reais. O crescimento da indústria superou 13% ao ano e alcançou 15% (1968 e 1973). A inflação declinou de cerca de 25% para cerca de 15% ao final do período. O balanço de pagamentos foi superavitário em cada um desses seis anos e levou à simultânea acumulação de reservas internacionais (de U\$200 milhões ao final de 1967 para U\$6,4 bilhões em 1973) e de dívida externa (de U\$5,3 para 12,6 bilhões). As importações de bens de capital e de insumos intermediários foram sempre superiores a 75% da pauta total, sem prejuízo à indústria instalada: a produção doméstica de bens de capital cresceu a uma média de cerca de 20% ao ano em termos reais no período (Malan, 2000).

Ainda segundo Malan, esse desempenho estrondoso foi possível devido a conjunção de fatores domésticos e internacionais. A expansão do volume de comércio global foi mais que o dobro da taxa de crescimento entre 1968 e 1973. As exportações globais em dólares cresceram a 18% ao ano; as brasileiras, 25%. Vinham de base muito baixa: os U\$1,7 bilhões de 1951, devidos à alta dos preços do café do início dos anos 50, somente foram superados em 1968. As importações cresceram 27% no período.

No entanto, a partir de 1973, devido à aproximação do limite da capacidade produtiva do país e à crise do 1º choque do petróleo, a inflação voltou a acelerar.

Os preços internacionais do petróleo ao final do ano quase quadruplicaram, em decisão da Organização dos Países Exportadores do Petróleo - OPEP. Esses preços haviam permanecidos relativamente estáveis nos anos 50 e 60, subindo ligeiramente com o “boom” da economia global no início dos anos 70. Como eram fixados em dólar, a desvalorização dessa moeda representava perdas para os exportadores do petróleo.

E é a partir de 1973, com o Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND II), que no Governo Geisel foi decidido que haveria crescimento econômico, mesmo que ocasionasse uma expansão da dívida brasileira.

Durante o Governo Geisel (1974-1978), o recurso ao endividamento externo e a adoção de medidas de estímulo às substituições de importações, incluindo notadamente o Proálcool, permitiram que a taxa média de crescimento da economia continuasse expressiva até o final da década: 8,2% em 1974 aos 6,8% de 1979, incluindo surpreendentes 10,3% em 1976. Entre 1974 e 1978 os preços internacionais do petróleo permanecerem praticamente constantes e, portanto, declinantes em termos reais, dada a inflação global acelerada pelo 1º choque do petróleo.

A dívida externa líquida brasileira, entre 1974 e 1979, passou de 6,2% para 31,6% do PIB, o que significa um crescimento de mais de 20% ao ano, em média, enquanto a economia cresceu 7% ao ano.

Em 1979, como consequência do 2º choque do petróleo, as taxas de juros dos Estados Unidos e Inglaterra aumentaram e os países em desenvolvimento tiveram o estoque de dívidas multiplicado a um patamar insustentável (Netto, 2014).

O Brasil ingressaria nos anos 80 com desequilíbrios, externo e interno, insustentáveis.

### 2.3 - Décadas de 80 e 90

Os anos 1980 marcaram uma dupla transição para a economia e sociedade brasileira. Sob o ponto de vista político-institucional, a década marcou a transição do regime autoritário para a democracia, cujos símbolos maiores foram a Assembleia Constituinte eleita em 1986 e seu produto, a Constituição de 1988.

Sob o aspecto econômico, a década marcou uma inflexão negativa da taxa de crescimento brasileira. A década de 1980 é caracterizada por um período de altas taxas de inflação e menores taxas de crescimento, quando comparadas com as décadas anteriores.

O crescimento do PIB brasileiro declinou no início da década, mas a partir de 1984, mesmo com a alta inflação o crescimento do PIB foi retomado e só voltaria a apresentar queda em 1990, com o Plano Collor I, quando houve uma queda de 5,9% do PIB, devido ao confisco das poupanças, que enxugou a liquidez da economia e a abertura comercial, quando as empresas ineficientes faliram.

Segundo Barros e Mendonça (1994), conforme mostra a Tabela 6, em 1980 a inflação foi de 99,25%; em 1981 de 95,62%; em 1982 de 104,79%; em 1983 de 164,01%; em 1984 de 215,26% e em 1985 de 242,23%. Percebe-se que houve um grande aumento de 1980 para 1985. Por isso, o principal objetivo dessa década foi estabilizar a hiperinflação.

**Tabela 5 – Inflação Brasileira – 1980 a 1985**

Ano	Inflação
1980	99,25%
1981	95,62%
1982	104,79%
1983	164,01%
1984	215,26%
1985	242,23%

Fonte: Elaboração própria/Barros e Mendonça (1994).

Para isso foram criados, a partir de 1986, os Planos Cruzado, Cruzadinho, Cruzado II, Bresser, Arroz com Feijão, Verão, Collor I e Collor II, além do Plano Real, em 1994.

A inflação brasileira foi diagnosticada como inercial e poderia ser controlada de três maneiras, segundo Bresser, (1986):

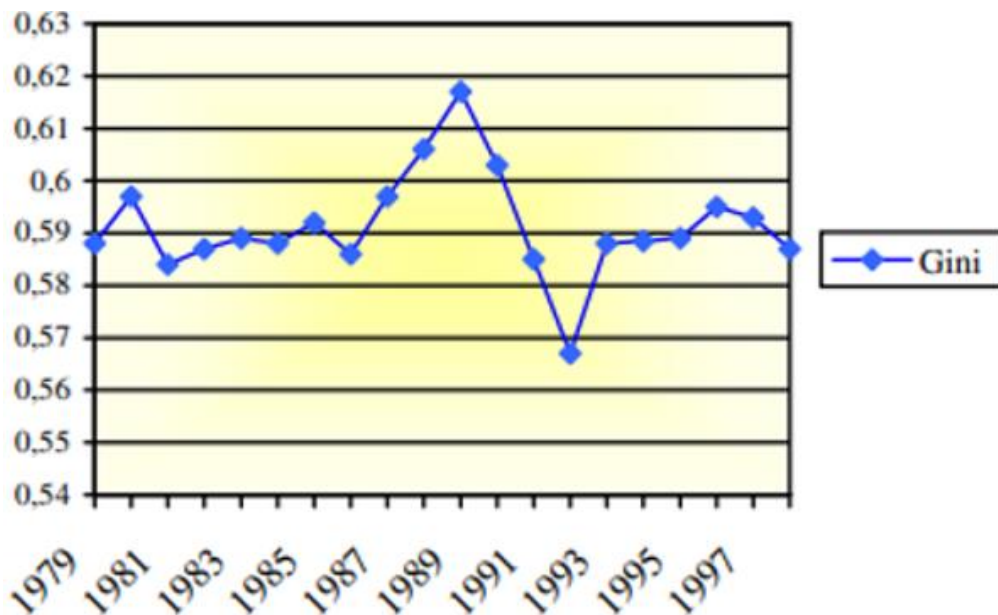


1. Choque heterodoxo: utilizando a estratégia de congelamento de preços e salários.
2. Moeda indexada: uma nova moeda descontaminada de inflação é utilizada simultaneamente com a moeda inflacionada até que a velha ficasse fora de circulação. Foi a estratégia utilizada no Plano Real.
3. Desindexação gradual: houve uma tentativa de aplicação nos anos 80, mas não teve efeito.

Com exceção do Plano Real, todos os demais planos fracassaram, pois só conseguiram controlar a inflação momentaneamente. Devido às indexações da economia, a cada novo plano de estabilização a inflação retornava mais alta, chegando a 2.477,15% em 1993 (Barros e Mendonça, 1994).

No período de 1983 a 1988, o índice de Gini manteve-se inalterado, oscilando entre 0,59 e 0,60, ou seja, a distribuição da renda se manteve estável, embora ainda concentrada, apesar do relativo crescimento acelerado da economia. Os seguintes decis relativos aos anos de 1986 e 1988, respectivamente, demonstram, porém, um leve aumento na concentração da renda no período: entre os 10% mais ricos, o índice variou de 45,6% para 47,5%, e entre os 50% mais pobres, de 12,9% para 11,8%, variação exígua se considerado o período.

**Gráfico 3 - Índice de Gini - 1979 a 1997**



Fonte: (Barros e Mendonça, 1993).

Em 1989, os 10% mais ricos possuíam 48,3% da renda enquanto os 50% mais pobres detinham 11,2% da renda familiar (Tabela 6). Essa situação, ápice da desigualdade das décadas de 80 e 90, nota-se uma brusca queda do índice de Gini. A partir de então, a situação tem melhorado gradativamente atingindo o

ápice da igualdade encontrada na década de 90, constatada pelo índice de Gini de 1992 (0,567). Neste ano, os 10% mais ricos detinham 43,8% da renda, enquanto os 50% mais pobres, 13,7% (Tabela 6).

**Tabela 6 – Evolução da porcentagem da renda dos 50% mais pobres e 10% mais ricos das famílias residentes particulares**

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
50-	12,6	12,2	12,9	12,6	12,6	12,8	12,5	12,9	12,2	11,8
10+	46,1	47,1	45,8	45,7	45,9	46,3	46,5	45,6	46,6	47,5

Fonte: Hoffmann (1998).

A década de 90 iniciou com as mais altas taxas de inflação da história brasileira. O Plano Collor incluiu um inédito confisco da riqueza financeira dos brasileiros.

Seguiu de uma queda temporária da inflação, acompanhada da maior recessão até então experimentada pelo país. O congelamento de preços e salários pouco durou e as chamadas torneirinhas monetárias logo tiveram que ser abertas, devolvendo aos brasileiros o dinheiro que lhes havia sido subtraído.

Houve uma retomada na economia, mas também o retorno de uma elevada inflação. O governo Collor introduziu duas importantes novidades na condução da economia brasileira: privatização das empresas estatais e abertura às importações.

O Plano Real foi estruturado e uma bem-sucedida reforma monetária foi introduzida em julho de 1994. Depois de quinze anos da mais alta inflação acumulada da história mundial em tempos de paz, o Brasil conquistou a estabilidade de preços e uma nova era se abriu para o país.

Sinteticamente, conclui-se que já na década de 60, os dados mostravam uma “enorme distância que separava pobres e ricos.” (Singer, 1986). Na década de 70, no entanto, a concentração se agravou ainda mais, tornando o Brasil campeão mundial da desigualdade. No início dos anos 80, a desigualdade tendeu a se amenizar, muito embora já em 1987 a apropriação da renda tornou a se concentrar, chegando a seu ápice, em 1989. Em 1992, chegamos ao menor índice de Gini da década. Desde 1994, a situação dirigiu-se a um patamar que então se estabilizou.

## **CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO E O GRAU DE DESIGUALDADE SALARIAL**

A relação entre educação e desigualdade salarial depende de dois fatores: (i) do grau de desigualdade entre trabalhadores com respeito a educação e (ii) da sensibilidade dos salários ao nível educacional. Com respeito à desigualdade em educação, poucos países no mundo conseguem atingir níveis semelhantes ao do Brasil. Por um lado, quase 15% da força de trabalho é formada por trabalhadores sem instrução alguma e, por outro lado, tendo cerca de apenas 10% da população com educação superior, o Brasil consegue atingir níveis de desigualdade em educação insuperáveis (Barros e Mendonça, 1993).

Estudos comparativos entre Brasil e Estados Unidos indicam que o grau de desigualdade educacional no Brasil é cerca de 6 vezes superior ao observado nos Estados Unidos (Lam e Levison, 1992). Este resultado é comprovado por Ram (1990) que em um estudo comparativo entre 28 países observa que o Brasil é o país com o mais alto grau de desigualdade no grupo.

A implicação deste elevado grau de desigualdade em educação sobre a desigualdade salarial depende da relação entre salário e educação observada no Brasil. Com efeito, se o mercado de trabalho brasileiro não valorizar significativamente diferenciais de educação é possível que esta elevada desigualdade educacional não tenha grande impacto sobre a desigualdade salarial. Deste modo, para que esta maior desigualdade educacional ocasione uma maior contribuição da educação para a desigualdade salarial é necessário que o mercado de trabalho brasileiro valorize a educação pelo menos tanto quanto o mercado de trabalho de outros países.

### **3.1 - Coeficiente de Desigualdade de Renda**

Esse índice foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini para refletir distribuições diferentes, embora seja comumente utilizado na distribuição da desigualdade de renda de uma região (ou país). O índice varia de 0 a 1, sendo 0 a distribuição perfeita e 1 a maior concentração possível (onde 1 pessoa receberia todo o rendimento enquanto as demais não receberiam nada).

A Tabela 1 abaixo, revela que enquanto o Coeficiente de Gini varia mais nos anos 60 do que nos anos 80, a razão 10+/10- varia mais nos anos 80 do que nos anos 60. Este fato confirma que mudanças no meio da distribuição foram mais importantes durante os anos 60 enquanto mudanças nas caudas da distribuição foram mais importantes nos anos 80.

**Tabela 7 – Desigualdade de Renda no Brasil – 1960 a 1990**

<b>ANO</b>	<b>ÍNDICE DE GINI</b>	<b>10+/10-</b>
1960	0,50	34
1970	0,58	40
1980	0,59	47
1990	0,62	78

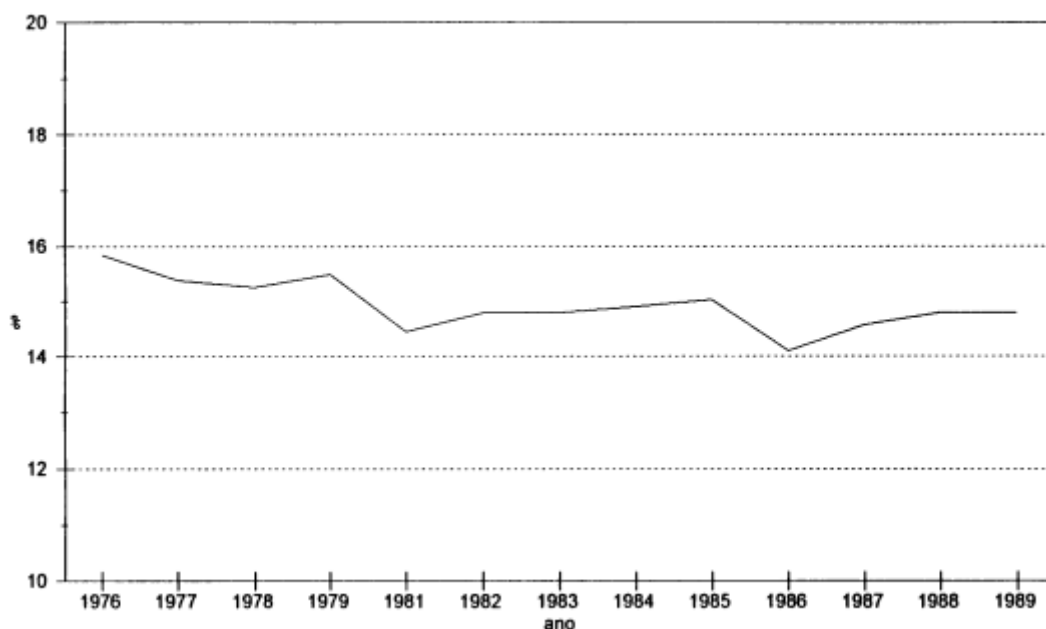
**Fonte:** Elaboração própria, com dados do IBGE.

Ademais, o percurso desse índice no Brasil nas últimas décadas indica que o país percorria uma tendência de crescimento da desigualdade até meados dos anos 90.

No Brasil, cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível salarial de um trabalhador em aproximadamente 15% (Barros e Mendonça, 1993).

O Gráfico 4 abaixo mostra que este valor permaneceu razoavelmente estável ao longo do período 1976-89. Contudo, o gráfico revela que o valor de um ano adicional de educação varia com o nível educacional. Para um trabalhador com apenas os 4 primeiros anos do primeiro grau (antigo primário), um ano adicional de estudo tende a elevar o salário em menos de 15% enquanto para um trabalhador com nível secundário e superior, um ano adicional de estudo leva a aumentos de salário superiores a 15%.

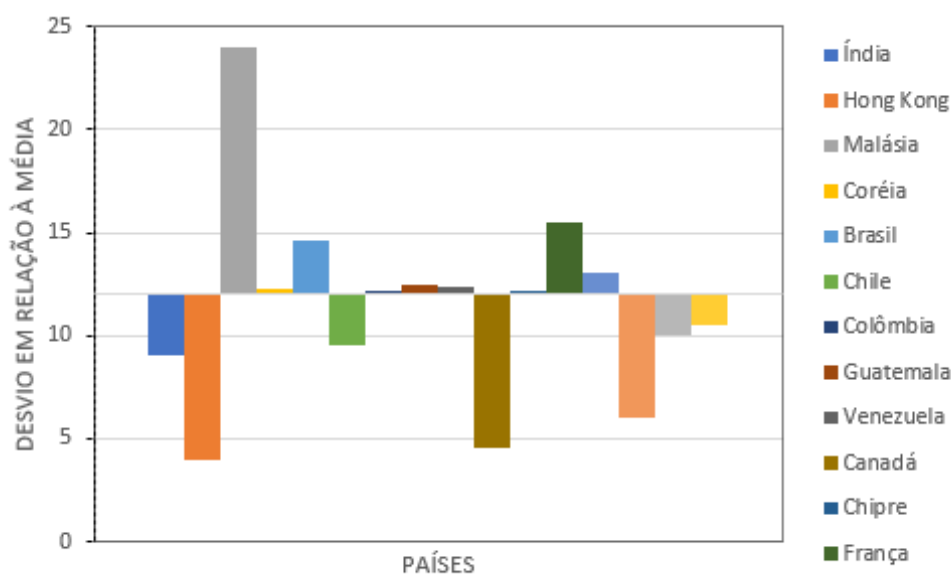
**Gráfico 4 - Sensibilidade do Salário ao Nível Educacional – Brasil: 1976-89**



Fonte: Barros e Ramos (1992).

Com o objetivo de demonstrar que este nível de sensibilidade dos salários ao nível educacional é bastante elevado, o Gráfico 4 apresenta, para vários países no mundo, estimativas do desvio em relação à média desta sensibilidade. Conforme este gráfico revela, em poucos países do mundo os salários são tão sensíveis a educação como no Brasil.

**Gráfico 5 - Sensibilidade do Salário ao Nível Educacional – Vários Países**



Fonte: Elaboração própria/Barros e Mendonça, 1993

Em suma, o Brasil é apenas dos países do mundo com o mais alto grau de desigualdade em educação, mas, também, é um dos países com a maior sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador. Estes dois fatores em conjunto levam a que a contribuição da desigualdade educacional para a desigualdade salarial no Brasil seja, também, uma das mais elevadas no mundo.

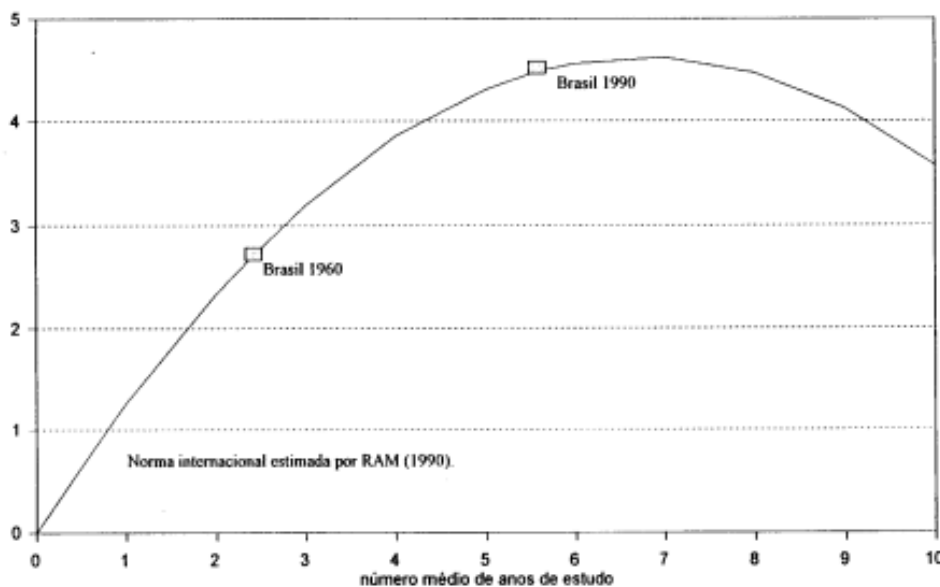
Em razão da sua importância, existe uma extensa literatura inteiramente dedicada a estimar a contribuição das desigualdades educacionais para a desigualdade salarial no Brasil. Estima-se que se os diferenciais de salário por nível educacional fossem eliminados, tudo mais permanecendo constante, a desigualdade salarial no Brasil declinaria de 35 a 50% (Barros e Mendonça, 1993).

A dimensão da contribuição da educação na redução da desigualdade salarial conforme mostrado acima é imensa. Assim políticas educacionais voltadas para a redução da desigualdade de renda possuem um poder excepcionalmente eficaz.

Cabe ressaltar que no Brasil políticas educacionais que levem à redução nas desigualdades educacionais não são difíceis de idealizar. Em princípio, qualquer política que leve a um aumento na proporção da população com os primeiros 4 anos de estudo completos (antigo primário) implica numa redução no grau de desigualdade em educação (Barros e Mendonça, 1993).

Ram, (1990), mostrou que esta é uma tendência geral. A desigualdade educacional parece ter primeiro que crescer para depois declinar. Conforme verificado abaixo, no Gráfico 6.

**Gráfico 6 – Evolução da Desigualdade Educacional no Brasil (1960-1990)**



De acordo com Barros e Mendonça, (1993), a relação entre educação e mudanças no grau de desigualdade se dá via dois canais. Por um lado, mudanças na distribuição de educação, em geral, levam a um nível educacional médio mais elevado, mas o grau de desigualdade pode ser maior ou menor. Tudo mais constante, um aumento (redução) na desigualdade em educação leva a aumento (redução) na desigualdade salarial. Este é o impacto direto de mudanças educacionais sobre a desigualdade salarial. Por outro lado, a sensibilidade salarial ao nível educacional pode, também, variar ao longo do tempo, ou como uma consequência das mudanças na distribuição de educação ou devido a outros fatores. Caso, tudo mais permaneça constante e essa sensibilidade se eleve (reduza), o grau de desigualdade irá, também, se elevar (reduzir).

Ainda, segundo estes mesmos autores, o fato da expansão educacional ocorrida nos anos 60 ter levado a um aumento na desigualdade em educação e, a partir daí, a um aumento na desigualdade salarial, não chega a ser um fato surpreendente. Em geral, expansões educacionais que partem de níveis educacionais muito baixos levam a aumentos no grau de desigualdade de educação e de salário.

O papel da educação seria o mais importante para explicar os altos níveis de desigualdade encontrado na década de 1960, mais que a inflação ou contingenciamentos salariais.

A importância da educação ficou evidente não só para as diferenças observadas de renda em cada ano, mas também para o aumento de desigualdade durante o período. Os coeficientes desta variável (que representam acréscimos de renda associado à anos adicionais de estudo) são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as variáveis incluídas na regressão. (Langoni, 2005: 182).

Seria fundamental, para Langoni, que fossem definidas políticas públicas com o objetivo de procurar extinguir a pobreza e diminuir a desigualdade:

É importante, pois, traçar linhas mestras de políticas que estejam voltadas para o objetivo de redistribuir oportunidades, eliminar a pobreza e, simultaneamente, minimizar as possibilidades de ganhos extras de renda associados com desequilíbrios entre oferta e demanda, decorrentes da aceleração do crescimento (Langoni, 2005: 189).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando importância que a presente monografia procura analisar a desigualdade de renda no Brasil, no período de 1960 a 1990, foi possível confirmar o objetivo geral por meio da apresentação do estudo da crescente desigualdade verificada no período.

Além disso, os objetivos específicos também foram alcançados com a elaboração do referencial teórico e explicativo sobre o tema, no qual foi possível avaliar a relação entre desigualdade de renda e níveis educacionais no Brasil, por meio da exposição e análise dos gráficos e indicadores que demonstram a relação entre educação e desigualdade.

O problema foi respondido com a identificação da contribuição da educação sobre a desigualdade de renda no Brasil. Como verificado, políticas educacionais voltadas para a redução da desigualdade de renda possuem um poder excepcionalmente eficaz.

Ademais, observou-se que a Educação como principal variável para explicar a desigualdade de renda no país, possui um impacto direto e efetivo sobre a desigualdade de renda, confirmando a hipótese adotada nesta monografia. Considera-se, então, que a qualificação do indivíduo é fundamental para que a mão de obra deste país possa atingir maiores rendimentos. A importância dos rendimentos de grande magnitude na proporção de distribuição de renda, indica que a elevação do nível de qualificação facilitaria uma distribuição mais igualitária.

Assim, para que o Brasil possa reduzir de forma significativa a desigualdade de renda, é preciso que a qualidade e o nível de educação aumentem ainda mais por meio de políticas públicas. Utilizando, portanto, de estratégias com o intuito de para o aumento da média de anos de estudo da população, ao aumento da frequência escolar, à qualidade educacional e à diminuição da evasão escolar. Assim, poderiam contribuir positivamente para os resultados de distribuição de renda no país.

Para que o país deixe de possuir um dos maiores níveis de desigualdade do mundo, ainda há um longo, porém possível, caminho a percorrer.

Conclui-se, que a educação pode ser a chave para a queda da desigualdade existente no país, e concomitantemente a da pobreza.



## REFERÊNCIAS

Barros, R. P. & Mendonça, R. **A research note on family and income distribution**: the equalizing impact of married women's earnings in metropolitan Brazil. *Sociological Inquiry*, 62(2), Spring 1992

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Investimento em Educação e Desenvolvimento Econômico**, 1993.

Barros & Ramos, L. **Income distribution in Brazil: longer term trends and changes in inequality since the mid1970s**. Rio de Janeiro, Ipea, Sept. 1992. (Série Seminários sobre Estudos Sociais e do Trabalho, 17.)

BECKER, G.S. 1962. **Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis**. *The Journal of Political Economy*, 70(5): 9-49.

Becker, G. S. (1964). **Human capital theory**. Columbia, New York.

BECKER, Gary Stanley. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

Becker, G. S., Murphy, K. M., & Tamura, R. (1990). **Human capital, fertility, and economic growth**. *Journal of political economy*, 98(5, Part 2), S12-S37.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

LANGONI, C. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

Langoni, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Expressão e Cultura**, 1973.

Lucas Jr, R. E. (1988). **On the mechanics of economic development**. *Journal of monetary economics*, 22(1), 3-42.

MINCER, J. **"Investment in Human Capital and Personal Income Distribution"**. *Journal of Political Economy* 66, no. 4, PP. 281-302, 1958.

Mincer, J. (1958). **Investment in human capital and personal income distribution**. *Journal of political economy*, 66(4), 281-302.

ROMER, P. 1990b. **Human Capital and Growth: Theory and Evidence**. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, North Holland, 32: 251-286

Romer, P. M. (1990). **Endogenous technological change**. Journal of political Economy, 98(5, Part 2), S71-S102.

SHULTZ, T. **Capital Formation by Education**. Journal of Political Economy from University of Chicago Press, 1960.

SCHULTZ, Theodore W. O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa, 1960.

Schultz, T. W. (1961). **Investment in human capital**. The American economic review, 1-17.

VELLOSO, J. **Educação e Desigualdade de Renda Urbana no Brasil: 1960/80**. Artigo nº 508, IPEA, 1980.



## DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que a estudante **Lilian Jéssika Silva Fernandes**, matrícula: 2017.2.0021.0012-9, regularmente matriculada no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, **ESTÁ APTA**, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 01 de dezembro de 2022.

Professor/Orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos

Ciente:

*LILIAN JESSIKA SILVA FERNANDES*

Estudante/Acadêmica: Lilian Jéssika Silva Fernandes



## Termo de Autorização de Publicação de Produção Acadêmica

A estudante, Lilian Jéssika Silva Fernandes, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 2017.2.0021.0012-9, telefone: (62) 99492-3835, e-mail: lilianjessika96@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Educação e Desigualdade de Renda no Brasil: uma Análise sobre o Período Crescente da Desigualdade (1960 – 1990); gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 01 de dezembro de 2022.

Assinatura da autora:

*LILIAN JESSIKA SILVA FERNANDES*

Nome completo da autora: Lilian Jéssika Silva Fernandes

Assinatura do professor- orientador:

Nome completo do professor-orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos